



**Termo de Fomento nº001/2022**

**MUNICÍPIO de São Francisco de Assis**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 87.896.882/0001-01, com sede administrativa à Rua João Moreira nº 1707, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **PAULO RENATO CORTELINI**, denominado Administração Pública e a **Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO ASSISENSE DOS ESTUDANTES DE SANTIAGO**, CNPJ nº02.194.049/0001-58, situada a Rua Silva Jardim nº1245, Bairro Centro, nesta cidade- RS, representada pelo seu Presidente, Srta. **CAMILA BONELI DORENELES**, RG 11238k03478 e CFP 040.895.640-26, denominada OSC, com fundamento no art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, e na **Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2022**, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebramos este Termo de Fomento, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**1. DO OBJETO:**

O presente **TERMO DE FOMENTO** tem como finalidade de firmar parceria com a organização da sociedade civil (OSC) **ASSOCIAÇÃO ASSISENSE DOS ESTUDANTES DE SANTIAGO**, CNPJ nº02.194.049/0001-58 em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até **R\$ 13.850,00 (Treze mil e oitocentos cinquenta reais) mensais**, por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo realizar o **PROJETO CONSCIENTIZAÇÃO DO COMBATE A DENGUE** na comunidade como um todo, a tudo conforme Plano de Trabalho.

**2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA:**

A Administração Pública repassará a OSC o valor de **R\$83.100,00 (Oitenta e três mil e cem reais)**, conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo de Fomento. No mês de julho não haverá repasse, pois são férias universitárias e não há transporte de estudantes pela entidade.

Para o exercício financeiro de 2022, fica estimado o repasse de **R\$83.100,00 (Oitenta e três mil e cem reais)** correndo as despesas à conta da dotação orçamentária:

(332) 335043 recurso 0020 MDE, Subvenções Sociais, Sec. Educação e Cultura **R\$83.100,00 (Oitenta e três mil e cem reais)**.

A forma de pagamento será até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente com consequente prestação de contas.

Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

**3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC:**

A OSC contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida consistente em:

a) Na realização do **PROJETO CONSCIENTIZAÇÃO NO COMBATE A DENGUE** na comunidade como um todo, a tudo conforme Plano de Trabalho.

**4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

**Compete à Administração Pública:**

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Fomento e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por





irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso da qual não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - A OSC se responsabiliza de forma exclusiva com os encargos trabalhistas de seus empregados, sócios e colaboradores, ficando o Município excluído de qualquer responsabilidade trabalhista;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

**Compete à OSC:**

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Fomento;

VII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

VIII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

IX - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

X - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações







objeto desta parceria;

- XI- Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIII - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e
- XIV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;
- XV- - A OSC responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.
- XVI - Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade até o término do prazo deste Termo de Fomento, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

## 5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- a. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, sendo vedado:
- I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;
  - II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;
  - III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
  - IV - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
  - V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
  - VI - realizar despesas com:
    - a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;

- b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que





caracterizem promoção pessoal;

- c) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.
- d) Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública.
- e) Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- f) Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.
- g) Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- h) Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamento em espécie.

#### 6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- a) Prestação de contas com relatórios de atividades, deverá ser efetuada nos seguintes prazos:
- b) mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública, apresentando relatório/despesas das atividades desenvolvidas durante o período.
- c) até (30) trinta dias a partir do término da vigência deste Termo de Fomento.
- d) Prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios:
  - I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;
  - II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
  - III - Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;
  - IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;
  - V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;
  - VI - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até (30) trinta dias após o término da vigência deste Termo de Fomento;
  - VII - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela OSC no exercício e das metas alcançadas.

No caso de prestação de contas parcial, os relatórios exigidos e os documentos referidos no item 6 deverão ser apresentados, exceto o relacionado no item VI.







## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, até 30/11/2022, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.
- A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## 8. DAS ALTERAÇÕES

- Este Termo de Fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.
- O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

## 9. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

a) A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

b) A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Fomento através de seu gestor, que tem por obrigações:

- Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

c) A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.

d) A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

e) O Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

- descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
- análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento.





V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias:

a. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita *in loco*, da qual será emitido relatório.

b. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo Conselho de Política Pública correspondente.

c. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do Plano de Trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

#### 10. DA RESCISÃO

É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

#### 11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

a. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência, nos seguintes casos;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgão e OSC da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, nos seguintes casos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, em os seguintes casos;

IV - Ressarcimento dos valores aplicados em dissonância ao presente Termo de Fomento.

#### 12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

a. O foro da Comarca de São Francisco de Assis é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas







do presente Termo de Fomento.

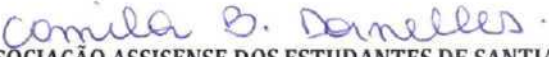
b. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

### 13.DISPOSIÇÕES GERAIS


Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o Plano de Trabalho anexo. E, por estarem acordes, firmam, os parceiros, depois delido e aprovado, o presente Termo de Fomento, em (02) duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

São Francisco de Assis, 13 de maio de 2022.

  
PAULO RENATO CORTELINI  
Prefeito Municipal

  
ASSOCIAÇÃO ASSISENSE DOS ESTUDANTES DE SANTIAGO  
CNPJ nº 02.194.049/0001-58  
Presidente

Visto:

  
José Luiz Uberti Gonçalves  
Assessor Jurídico  
OAB/RS 18.098





ADMINISTRANDO PARA TODOS  
GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL  
**SÃO FRANCISCO**  
DE ASSIS

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO nº 001/2022

Termo de Fomento: nº001/2022

Contratante: Município de São Francisco de Assis/RS

Contratada: ASSOCIAÇÃO ASSISENSE DOS ESTUDANTES DE SANTIAGO, CNPJ nº 02.194.049/0001-58.

Objeto: Contrapartida da Associação na realização do PROJETO COMBATE A DENGUE na comunidade da cidade e do interior.

Valor: R\$ R\$13.850,00,00 (treze mil oitocentos e cinquenta reais) mensais.

Processo: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2022

Vigência do Termo de Fomento: 6 (seis) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – RS / CNPJ: 87.896.882/0001-01  
RUA: JOÃO MOREIRA, 1707 - FONE: (55) 3252-1414 - CEP: 97610-000  
EMAIL: administracao@saofranciscodeassis.rs.gov.br / Facebook: @prefeiturasaochicodeassis



## PLANO DE TRABALHO

<b>1. DADOS CADASTRAIS:</b>			
NOME DA INSTITUIÇÃO: <b>ASSOCIAÇÃO ASSISENSE DOS ESTUDANTES DE SANTIAGO</b>		CNPJ: <b>02.194.049/0001-58</b>	
TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO		<input checked="" type="checkbox"/> Sem Fins Lucrativos	
		<input type="checkbox"/> Cooperativa	
		<input type="checkbox"/> Religiosa	
ENDEREÇO: RUA SILVA JARDIM, 1245			
BAIRRO <b>CENTRO</b>	CIDADE: SÃO FRANCISCO DE ASSIS	U.F.RS	CEP: <b>97610-000</b>
E-MAIL <b>aaesdiretoria@gmail.com</b>		TELEFONE <b>55 999073387</b>	
NOME DO DIRIGENTE RESPONSÁVEL: <b>CAMILA BONELI DORNELES</b>		CPF: <b>040.895.640-26</b>	
PERÍODO DE MANDATO: <b>2022/2023</b>	CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR: <b>1123803478/SSP</b>	CARGO: <b>PRESIDENTE</b>	
ENDEREÇO: RUA FLORIANO PEIXOTO, Nº 226, BAIRRO SANTO ANTÔNIO		CEP: <b>97610-000</b>	

<b>2. PROPOSTA DE TRABALHO:</b>		
NOME DO PROJETO: DENGUE	PRAZO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
	01/05/2022	30/11/2022
PÚBLICO ALVO: A SOCIEDADE ASSISENSE COMO UM TODO.		
OBJETO DE PARCERIA: REPASSE FINANCEIRO PARA AJUDAR NO CUSTEIO DO TRANSPORTE DOS ALUNOS DE SAO FRANCISCO DE ASSIS ATÉ SANTIAGO		
<p><b>DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA:</b> o projeto vem com o objetivo de demonstrar e conscientizar a nossa comunidade como um todo acerca da dengue; este tema que sempre acontece surtos, mas que ainda precisa-se ter ênfase e preocupação.</p> <p>O objetivo é criar uma página para divulgação e conscientização da comunidade acerca da epidemia, perfil este que temos em mente de dar prosseguimento para anos seguintes, ainda mais no momento em que estamos vivendo aonde a internet tem sido um meio que tem aproximado as pessoas.</p>		
<b>JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:</b>		
<p>Esta parceria se justifica pela vontade dos alunos/associados em passar suas experiências, e ajudar a comunidade de obter um conhecimento a mais sobre esse assunto que está tão presente na atualidade, é uma oportunidade da população e associados também aprenderem ainda mais, e ao mesmo tempo repassarem os conhecimentos deles. Há vários jeitos de abordar este assunto e queremos fazer a nossa parte para ao menos tentar aconselhar e conscientizar as pessoas sobre os possíveis meios de</p>		

prevenção da dengue.

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1. GERAIS

- a) FOMENTAR A BUSCA POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.
- b) PROMOVER A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PREVENÇÃO CONTRA A DENGUE

#### 3.2. ESPECÍFICOS

- a) POSSIBILITAR UMA REDUÇÃO DO CUSTO MENSAL DO TRANSPORTE, O QUAL É PAGO PELOS ESTUDANTES, TORNANDO ASSIM MAIS VIÁVEL O TRANSPORTE E PROMOVENDO UMA MAIOR BUSCA PELA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.
- b) PROMOVER A CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A DENGUE.

### 4. METODOLOGIA:

REALIZAR A CONFECCÃO DE UMA PÁGINA ONLINE PARA QUE POSSAMOS ABRANGER UM GRANDE NUMERO DE PESSOAS, CONSCIENTIZANDO AS MESMAS COM A PREVENÇÃO DA DENGUE.

### 5. METAS E RESULTADOS ESPERADOS:

5.1 - DESCRIÇÃO DAS METAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS, DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO:

- CUSTEAR O TRANSPORTE DOS ASSOCIADOS
- CONFECCÃO DE UMA PAGINA ONLINE, A FIM DE, CONCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE A DENGUE.

5.2 - RESULTADOS ESPERADOS:

- REDUÇÃO DO CUSTO MENSAL DO TRANSPORTE
- CONCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A DENGUE

5.3 - PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

- CUSTEAR PARTE DO VALOR MENSAL GASTO COM O TRANSPORTE DOS ASSOCIADOS, VALOR A SER CUSTEADO: **R\$ 13.850,00**
- REALIZAR POSTAGENS PERTINENTES SOBRE A DENGUE. COM PELO MENOS UMA POSTAGEM POR MÊS.

5.4. - DESCRIÇÃO DAS AÇÕES



Meta		Ações	
1	REDUÇÃO DO CUSTO MENSAL DE TRANSPORTE	1	CUSTEAR PARTE DO VALOR MENSAL PAGO PELOS ASSOCIADOS
		2	
		...	
2	CONSCIENTIZAÇÃO DENGUE	1	CONFECÇÃO DE UMA PÁGINA ONLINE PARA CONSCIENTIZAÇÃO
		2	
		...	

#### 6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA/FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1	1	CUSTEIO DE PARTE DO CUSTO MENSAL COM TRANSPORTE	R\$	13.850,00	01/05/2022	30/11/2022
2	1	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PÁGINA ONLINE DE CONSCIENTIZAÇÃO	MENSAL	UMA POSTAGEM	01/05/2022	30/11/2022

#### 7. PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA (R\$1,00)

RECEITA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE			
CONCEDENTE			
<b>TOTAL GERAL</b>			
DESPESA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE	276.500,00	34.562,50	276.500,00
CONCEDENTE			
<b>TOTAL GERAL</b>	276.500,00	34.562,50	276.500,00

*J*

**8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)****8.1. CONCEDENTE**

META	1º PARCELA	2º PARCELA	3º PARCELA	4º PARCELA	5º PARCELA	6º PARCELA
	R\$ 13.850,00	R\$ 13.850,00	R\$ 13.850,00	R\$ 13.850,00	R\$ 13.850,00	R\$ 13.850,00
META	7º PARCELA	8º PARCELA	9º PARCELA	10º PARCELA	11º PARCELA	12º PARCELA

**8.2. PROPONENTE - ORGANIZAÇÃO PARCEIRA (CONTRAPARTIDA) ANO DE 2022**

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
	JANEIRO (FÉRIAS)	FEVEREIRO (FÉRIAS)	MARÇO	ABRIL	MAIO -REDUÇÃO DO CUSTO MENSAL DE TRANSPORTE -MANUTENÇÃO DA PÁGINA ONLINE DA ASSOCIAÇÃO	JUNHO -REDUÇÃO DO CUSTO MENSAL DE TRANSPORTE -MANUTENÇÃO DA PÁGINA ONLINE DA ASSOCIAÇÃO
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
	JULHO (FÉRIAS)	AGOSTO -REDUÇÃO DO CUSTO MENSAL DE TRANSPORTE -MANUTENÇÃO DA PÁGINA ONLINE DA ASSOCIAÇÃO	SETEMBRO -REDUÇÃO DO CUSTO MENSAL DE TRANSPORTE -MANUTENÇÃO DA PÁGINA ONLINE DA ASSOCIAÇÃO	OUTUBRO -REDUÇÃO DO CUSTO MENSAL DE TRANSPORTE -MANUTENÇÃO DA PÁGINA ONLINE DA ASSOCIAÇÃO	NOVEMBRO -REDUÇÃO DO CUSTO MENSAL DE TRANSPORTE -MANUTENÇÃO DA PÁGINA ONLINE DA ASSOCIAÇÃO	DEZEMBRO (FÉRIAS)

**9. DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

UNID	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
	Material de Consumo		
	<i>(material de expediente, socio pedagógico etc. Descrever pormenorizadamente, com indicação do custo unitário e total de acordo com os valores</i>		



	<i>praticados no mercado, instruído com orçamentos)</i>		
	Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
	<i>(descrever cada contratação individualmente)</i>		
	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	<b>R\$ 13.850,00</b>	<b>R\$ 83.100,00</b>
	<i>(descrever cada contratação individualmente)</i>		
	Custos Indiretos/Equipe Encarregada pela execução		
	<i>(descrever todas as despesas pormenorizadamente, como aluguel, energia elétrica, água, internet, telefone, material de consumo etc.)</i>		
	Equipamentos e Materiais Permanentes		
	<i>(se houver a necessidade, descrever cada bem ou material a ser adquirido, com custo unitário de acordo com os valores praticados no mercado, instruído com orçamentos prévios)</i>		
	Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho		
	<i>(descrição pormenorizada das despesas, inclusive de de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas)</i>		
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 13.850,00</b>	<b>R\$ 83.100,00</b>

## 10. PRESTAÇÃO DE CONTAS

### MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

- 10 (DEZ) dias contados do recebimento do repasse mensal.
- 30 (TRINTA) dias contados do término da vigência.

*J*

#### 9. PRAZO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 30 dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

São Francisco de Assis, 28 de abril de 2022.

*Camila Boneli Dorneles*

Camila Boneli Dorneles  
CPF: 040.895.640-26

#### 11. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem quaisquer débitos ou situações de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

*Camila Boneli Dorneles*

São Francisco de Assis, 28 de abril de 2022.

Camila Boneli Dorneles  
CPF: 040.895.640-26  
Presidente da AAES

#### ANEXO 1

12-APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA